



percursos teórico-metodológicos e práticos da Geografia Escolar

**70 ANOS DO CURSO DE GEOGRAFIA DA PUC GOIÁS:
NOTAS SOBRE SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICO-CURRICULAR**

Ângela Dantas da Fonseca dos Santos
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
angela_dantas1@hotmail.com

Nicali Bleyer Ferreira dos Santos
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
nicalibleyer@hotmail.com

Odiones de Fátima Borba
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
odiones@hotmail.com

Resumo: O objetivo desse artigo é apresentar uma leitura da estrutura curricular ao longo dos 70 anos de existência do curso de Geografia – Licenciatura da PUC Goiás, destacando a estrutura em módulos instituída desde 2012. O curso se integra às demais Licenciaturas da Escola de Formação de Professores e Humanidades (EFPH), que desenvolve um projeto de formação de professores desde a fundação dessa Universidade. A estrutura modular se caracteriza por uma formação interdisciplinar, entre módulos e eixos temáticos com foco na formação de professores. A coexistência e integração às demais licenciaturas possibilita uma vivência multiprofissional e a articulação dos saberes por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. A metodologia utilizada foi análise de documentos (Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, Projetos Pedagógicos do Curso - PPC, Política de Formação de Professores da PUC Goiás, Projeto Pedagógico da EFPH, Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Geografia e Formação de Professores) e levantamento histórico do curso, por meio dos relatos de professores que atuam no curso.

Palavras-chave: Currículo; Formação de Professores; Trajetória.

Introdução

O objetivo desse texto é apresentar a trajetória do curso de Geografia da PUC Goiás, nos seus 70 anos de existência, por meio de uma leitura das propostas curriculares implementadas nos diferentes cenários do campo da Geografia e das políticas de formação de professores.

A metodologia utilizada foi análise de documentos (Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, Projetos Pedagógicos do Curso - PPC, Política de Formação de Professores da PUC Goiás, Projeto Pedagógico da EFPH, Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Geografia e Formação de Professores) e levantamento histórico do curso, por meio dos relatos de professores que atuam no curso.

O currículo reflete o contexto e as concepções de mundo e de ciência de cada momento histórico. Na Geografia, os paradigmas da ciência geográfica, também, refletem os desafios de cada época.

O curso de Geografia da PUC Goiás iniciou com formação articulada à História, habilitando o egresso para atuar nas duas áreas. Posteriormente, vinculou-se ao departamento das Ciências Biológicas, assumindo uma perspectiva mais naturalista. Com a instituição do Departamento de História, Geografia e Ciências Sociais (HGS), o curso assume a orientação social e humanista. Com a reconfiguração administrativa da PUC Goiás em Escolas, foi instituída a Escola de Formação de Professores e Humanidades que assumiu o projeto de formação de professores, de forma articulada e interdisciplinar. Nesse contexto, o curso de Geografia – Licenciatura adotou uma proposta curricular modular inserida na concepção de Escola. Essa proposta tem se apresentado exitosa dada a possibilidade de integração aos demais cursos de formação de professores e uma formação qualificada para o professor de Geografia.

O curso de Geografia no contexto

O Curso de Geografia da PUC Goiás, criado em 1949, completou 70 anos de existência em 2019. Ao longo de sua história foi oferecido como Bacharelado e Licenciatura e, atualmente, integra a Escola de Formação de Professores e Humanidades (EFPH) na

modalidade Licenciatura. Diferentes matrizes curriculares perpassaram a formação de professores nesse período, articuladas em razão das transformações ocorridas no campo específico de conhecimento e de suas implicações na preparação dos profissionais de Geografia, assim como das deliberações do Ministério da Educação (MEC) e da própria Pontifícia Universidade Católica de Goiás sendo, portanto, produto social e articulando-se ao que preconiza Silva (2004), no entendimento de que o currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é texto, discurso, documento.

O curso surge na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras em 1949, reconhecido em 1952 pelo Decreto n. 30.588, juntamente com os cursos de História, Pedagogia e Letras. A estrutura curricular era composta de disciplinas de formação geral nos três primeiros anos e, no último ano, as disciplinas de formação pedagógica. A matriz curricular era composta por cinco disciplinas obrigatórias estabelecidas pelo currículo mínimo (MEC), quais sejam: Geografia Humana, Geografia Física, Geografia do Brasil, Biogeografia e Geografia Regional e disciplinas da área de História, como História da América, História da Antiguidade, História Medieval, História Moderna e História do Brasil. Neste período, em quase todas as universidades brasileiras, o curso de Geografia se desenvolvia conjuntamente com o curso de História.

Somente a partir de 1958, os cursos de História e Geografia ganharam especificidade, tornando-se cursos distintos, o que na PUC Goiás, coincide com o ano da criação da Universidade de Goiás.

Em 1973, com a Reforma Universitária, proposta pela Lei 5.540, de 1968, o curso de Geografia passou a compor, juntamente com o curso de Biologia, o Departamento de Ciências Biológicas e Geociências (CBG), o que caracterizou uma nova concepção curricular, mais próxima das ciências naturais e da terra. Nessa mesma década, foi implantado também, na UCG, o curso de Estudos Sociais, cuja matriz curricular compunha um núcleo de matérias comuns para os cursos de Geografia e História. Esse projeto gerou inúmeros questionamentos que alertavam para os problemas decorrentes da implantação das licenciaturas curtas e a extinção da habilitação específica dos professores de Geografia e História, pois havia uma negação da especificidade dos campos de conhecimento. Esse debate desencadeou mudanças na composição curricular e, conseqüentemente, no perfil do profissional de licenciatura.

Em 1982, a partir do envolvimento dos professores do curso com o movimento de crítica e renovação do pensamento geográfico brasileiro, que ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, o Curso de Geografia retornou para o Departamento de História e Ciências Sociais (HCS), que passou a ser denominado Departamento de História, Geografia e Ciências Sociais (HGS), representando sua reaproximação com as Ciências Humanas e a responsabilidade e o compromisso político de geógrafos com a sociedade e com o papel social da Geografia. Nessa conjuntura, o retorno da Geografia para o HGS e a nova configuração curricular, visou atender as discussões teórico-conceituais vigentes, bem como os dispositivos legais do Decreto nº 85.138/1980, que regulamentou a profissão de geógrafo mediante a Lei 664/1979. O currículo implantado em 1986 oportunizou ao acadêmico uma dupla habilitação: o Bacharelado e a Licenciatura.

Na década de 1990, especificamente no ano de 1994, foi construído um novo currículo para o curso de Geografia, em razão de uma política para os cursos de Licenciatura da UCG, definida no Projeto de Formação de Professores, bem como pela necessidade de adequar a proposta de matriz curricular, as exigências impostas pela dinâmica da sociedade contemporânea.

O projeto Formação de Professores da PUC Goiás expressa a sua opção por um projeto de sociedade, homem, educação e formação humana. Trata, pois, da afirmação da responsabilidade social e política que teve e tem, ao longo da história, uma perspectiva ética, política, estética e com sólida formação científica. Fazem parte desse contexto as rupturas e as continuidades de um longo processo que precisa ser apreendido em suas mediações históricas, sociais e políticas. Um primeiro destaque a ser considerado refere-se ao papel histórico da PUC Goiás quanto ao seu compromisso com a qualificação dos projetos dos cursos de Licenciatura e na defesa da qualidade da Educação Básica, no sentido de formação/valorização dos profissionais da educação.

O contexto econômico, político e social das décadas de 1980 e 1990 registra debates em torno dos processos de lutas sociais pela redemocratização do País, com forte incidência no projeto educacional brasileiro pautado pelo reordenamento do papel do Estado e da educação. Em meio às lutas dos movimentos sociais, destacava-se a defesa pela ampliação do direito à educação básica gratuita de qualidade, em todos os níveis e modalidades, e o fortalecimento da cidadania como condição humana e política.

Neste cenário, a Universidade reafirmou a opção pela docência, com base em uma postura teórica e política. Assim, os licenciados “deveriam ser formados para atuar nos espaços educacionais intra e extraescolares.” Isto implicou a redefinição da compreensão do papel docente como um professor que deveria ter “uma compreensão crítica das questões científicas, filosóficas, éticas, técnicas e políticas da educação” que lhe favorecesse “agir e intervir, no trabalho de recriar a realidade, como agente da cultura e de sua história individual e social, por meio da atuação profissional e de uma produção teórica sólida e consistente” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, 2004, p. 8).

A Universidade reestruturou o Programa de Formação de Professores, buscando garantir a articulação e integração da Política de Formação de Professores na Instituição. Neste sentido, envolveu os diferentes Departamentos que atuavam na formação de professores, com vistas à elaboração e implantação de um projeto único que articulasse, de maneira orgânica, elementos historicamente dissociados na formação do professor: pedagogo/licenciado; licenciatura/bacharelado; forma/conteúdo; didática/prática de ensino; graduação/pós-graduação; ensino/pesquisa; formação pedagógica/conteúdo específico; verticalização do conhecimento/interdisciplinaridade. Implantou-se, então, um programa de formação de professores concretizado por um currículo com uma base comum a todas as Licenciaturas, cujo objetivo consistia em formar com qualidade o professor da educação básica (UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, 2004).

Se, por um lado, a PUC Goiás reafirmava seus princípios com uma formação de professores ancorada na formação crítica, interdisciplinar, integrada e inovadora, por outro, as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n. 9394/96, de que a formação para atuar na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental se dê em nível superior, trouxe a partir de 1996 a expansão da oferta de cursos de formação de professores. Institucionalmente, houve uma redução da demanda em função desse processo de maior oferta de vagas, somado à desvalorização da carreira e a expansão da educação superior em Goiás.

Para além do exercício da docência, reafirmou-se a Universidade como *locus* da formação docente alicerçada na concepção de professores/pesquisadores. Isto exigiu o redimensionamento do lugar da pesquisa nos Projetos Pedagógicos de Curso, a partir das discussões em torno da especificidade da formação do profissional da educação como um

docente pesquisador. Defendia-se, à época, uma compreensão ampliada do campo de trabalho dos profissionais da educação, que requeria capacitação adequada para atuar nas áreas específicas como professores e desempenhar as funções de assessoria, coordenação, gestão e pesquisa nas escolas, nos sistemas de ensino e demais ambientes educativos, como os movimentos sociais e os espaços de educação não formal. Nesse contexto de discussão, a Instituição, em estreita articulação com os movimentos das entidades representativas dos profissionais da educação e com os sistemas de ensino, colaborou decisivamente com as mudanças educacionais regionais e nacionais (BRZEZINSKI, 2002).

A partir dos anos 2002, os cursos passaram a ser orientados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica – Resolução CNE/CP n. 1, de 18 de fevereiro de 2002. Na PUC Goiás essa orientação articulou um novo projeto, cujo eixo epistemológico da docência, assegurava um núcleo comum a todos os cursos de formação de professores, concretizando-se por meio de disciplinas e atividades de caráter científico-cultural, humanístico e pedagógico, visando possibilitar ao estudante a compreensão das relações existentes entre o processo educacional e a globalidade das dinâmicas sociais, políticas e culturais.

Nessa conjuntura, para atender às diretrizes do MEC a respeito da política de formação de professores, pautado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Geografia (Resolução CNE/CES n. 14, de 13 de março de 2002 e Parecer CNE/CES n. 492, de 3 de abril de 2001) e nas de Formação de Professores (Resolução CNE/CP n. 1, de 18 de fevereiro de 2002, Parecer CNE/CP n. 9, de 8 de maio de 2001, Parecer CNE/CP n. 27, de 2 de outubro de 2001, Resolução CNE/CP n. 2, de 19 de fevereiro de 2002 e Parecer CNE/CP n. 28, de outubro de 2001), o curso foi reestruturado apenas na modalidade Licenciatura em Geografia.

Esta nova organização curricular visava à superação da dicotomia conteúdo específico e conteúdo pedagógico, teoria e prática, graduação e pós-graduação. Nessa perspectiva, o currículo foi organizado compreendendo sete semestres para a graduação e, no oitavo semestre, abriu-se a possibilidade para o estudante cursar a pós-graduação em nível de Especialização. Ao longo da implementação deste currículo, o curso de pós-graduação *latu sensu* mais procurado foi o de Educação Ambiental. Isso talvez se explique em função da dimensão dada às questões ambientais nas últimas décadas do século XX, bem como o fato da

proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) apresentarem a Educação Ambiental como eixo transversal do processo de educação escolar.

Cabe destacar que nesse período ocorre um intenso processo de desvalorização da carreira docente, fato que produziu impactos no lugar social da profissão do magistério. Isto se deu pelas condições objetivas do campo profissional marcadas por baixos salários e pela significativa redução de processos seletivos para contratação de professores no setor público, dentre outras. No seu conjunto, este cenário produziu a baixa demanda pelo vestibular nas Licenciaturas em todo o País e aprofundou o aligeiramento na formação, o que não foi diferente no Curso de Geografia. Contrária a essa lógica, a PUC Goiás, pela sua história e por sua opção política, criou em 2010 o Vestibular Social que teve como objetivo assegurar a entrada e a permanência dos discentes nos cursos de formação de professores. A Geografia integra esse programa a partir de 2012.

Um dos princípios centrais do Vestibular Social é a inclusão social. Esse programa, ao mesmo tempo em que se contrapõe ao discurso do senso comum, que rotula os discentes ingressantes como “economicamente desfavorecidos”, “socialmente incapazes” ou “diferentes”, propõe uma política institucional que articula o ingresso, a permanência e a conclusão dos estudos com qualidade. Está em causa nesta proposta a compreensão de que o conhecimento é um bem comum, portanto, deve ser produzido e partilhado por todos, bem como precisa estar a serviço da vida em todas as suas dimensões: ética, estética, humana, política, econômica, cultural, dentre outras. Desta forma, o Vestibular Social concebe o ingresso à Universidade como uma possibilidade de democratização do acesso ao conhecimento que é historicamente produzido por todos, ampliando a entrada e permanência de discentes na licenciatura.

Ainda no entendimento de que no contexto social contemporâneo do Brasil se faz necessário valorizar e ampliar as possibilidades de oferta de qualificação para a formação docente foi criada pela instituição, em 2012, a Escola de Formação de Professores e Humanidades – EFPH. O Projeto Pedagógico da Escola permitiu agregar e compartilhar experiências, reflexões e práticas pedagógicas, vinculadas a formação de professores, em um mesmo espaço de partilha, cuja vivência traz consigo também, o desenvolvimento de uma pertença, no que se refere ao campo da educação e da formação de professores. A concepção

de Escolas fortalece a integração dos cursos de formação de professores, por meio de disciplinas comuns e atividades acadêmicas diversas.

Dessa forma, entendendo que o currículo responde as necessidades e demandas sociais vigentes à época de sua construção, conforme Apple (2004) surge nessa época uma nova proposta curricular para o curso de Geografia.

O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos [...] Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto de tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo (APLLE, 2004, p. 59).

Esse currículo teve como orientação o estreitamento do vínculo entre teoria e prática; ensino, pesquisa e extensão; a flexibilização e a interdisciplinaridade; a articulação entre as disciplinas de caráter pedagógico com as de formação básica comum a todas as Licenciaturas da PUC Goiás e as de caráter específico do Curso; bem como a nova dimensão dada ao Estágio Curricular Obrigatório, com carga horária de 420 horas. Essa proposta curricular foi sistematizada no Projeto Pedagógico da EFPH, facilitado pela configuração espacial da Escola que congrega todos os cursos em um mesmo prédio, consolidando a proposta pedagógica e articulação das disciplinas, bem como de atividades de pesquisa e de ações extensionista entre os cursos de Licenciatura da instituição. Essa configuração, conseqüentemente, gerou um sentimento de pertença e uma melhor articulação entre estudantes e professores, reafirmando o compromisso com a formação de professores. A EFPH reflete a responsabilidade social da Instituição e sua contribuição com a formação de professores para a educação básica, bem como com o desenvolvimento da pesquisa, na pós-graduação *lato e stricto sensu* (mestrado e doutorado) e nos programas de iniciação científica e iniciação a docência.

Nesse contexto, a opção pela estrutura modular das Licenciaturas e do curso de Geografia, em especial, ocorreu a partir do entendimento de que essa configuração curricular possibilita a interdisciplinaridade e a flexibilidade do currículo, em função da organização das disciplinas a partir de temáticas e da interlocução com as demais Licenciaturas oferecidas na instituição. Além disso, possibilita, também, maior autonomia intelectual do estudante no seu percurso de formação, estabelecendo condições não lineares de aprendizagem dos conteúdos. Nessa proposta, a interdisciplinaridade é exercida a partir de projetos integradores definidos

pelo Colegiado das Licenciaturas, nas atividades de campo, nas Atividades Externas a Disciplina (AED) e nos programas de extensão desenvolvidas na Instituição. Fundamentado no tripé ensino, pesquisa e extensão, o Projeto Integrador articula teoria e prática e é realizado a partir de grandes temáticas que norteiam as disciplinas e os trabalhos acadêmicos.

Em 2016, com base na Resolução n. 02, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial em Nível Superior (cursos de licenciatura, formação pedagógica para graduados e para formação continuada), de iniciaram-se os estudos e reflexões para criação de nova proposta curricular que, atualmente, segue em vigência no curso, juntamente com a proposta anterior. O referido Currículo segue a estrutura modular na qual as disciplinas que constituem os módulos do curso de Geografia fornecem ao licenciado instrumental analítico e crítico que fundamenta o perfil do egresso. Na definição dos eixos temáticos dos módulos, o NDE e o Colegiado do Curso preocupam-se com a constituição de eixos temáticos que apresentem aos estudantes a perspectiva crítica, dimensão pedagógica, atividades práticas, articulando ensino, pesquisa e extensão.

Essa articulação é desenvolvida no decorrer do semestre, de forma conjunta com todas as disciplinas e se consolida em um trabalho de campo ou outra atividade similar, onde a temática e a identidade comum ao módulo resulta no Projeto Integrado, o qual é apresentado durante Semana Científica e Cultural do Curso.

Outro destaque de atividades pedagógicas prevista no currículo é a Atividade Externa a Disciplina – AED. Essa prática objetiva ampliar a formação dos discentes para além da sala de aula, possibilitando o contato com diferentes espaços de aprendizagem na constituição do saber das disciplinas de formação específica e pedagógica, compondo também o Projeto Integrador.

Dessa forma, a proposta curricular, além de atender as diretrizes educacionais, possibilita a interface com os diferentes cursos de licenciaturas por intermédio das disciplinas de formação comum; novos processos educativos vinculados as diferentes práticas pedagógicas e metodologias; e apropriação e vivência de diferentes espaços de aprendizagem.

Considerações Finais

O Curso de Geografia da PUC Goiás, ao longo dos seus 70 anos de existência, vivenciou diferentes orientações no que se refere aos paradigmas da Ciência Geográfica e do campo da Educação. Nesse contexto, reflete os debates e as crises vividos no campo da formação de professores. O que, atualmente, se avoluma em função do cenário político do País e da situação do professor no Estado de Goiás.

Ao longo dos anos, a configuração curricular do curso acompanhou os debates em torno do pensamento geográfico e as mudanças das políticas educacionais propostas pelo Ministério da Educação.

A estrutura curricular modular instituída desde 2012 tem apresentado como exitosa no que se refere à formação do professor de Geografia, reforçando a articulação teoria-prática e os exercícios voltados para as novas metodologias de ensino, bem como a qualificação para a prática docente.

O currículo modular, estruturada em eixo, possibilita trabalhos práticos, vivência nos ambientes profissionais, atividades interdisciplinares e o exercício de práticas pedagógicas inovadoras. O Projeto Integrador permite que o aluno entenda a Geografia de forma sistêmica, já que ele vislumbra na prática o trabalho de um eixo temático único, que perpassa várias disciplinas, trabalhando o mesmo conceito e as mesmas categorias em diferentes conteúdos e contextos. Os desafios postos estão em assegurar a manutenção do curso em um contexto de tamanha desvalorização da profissão docente.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer 09/2001/CES**. Educação Básica – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores, Licenciaturas. Aprovado em maio de 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução 14/2002**. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Geografia, aprovado em 13 de março de 2002.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 8, 2002.

BRASIL Parecer CNE/CES nº 015/2005, aprovado em 2 de fevereiro de 2005. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da educação básica, em nível superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 112, 2005.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior, cursos de licenciatura, cursos de formação

pedagógica para graduados, cursos de segunda licenciatura e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 8, 2015.

MOREIRA, Antônio Flávio; TADEU, Tomaz (orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PIONTKOVSKY, Daniela; GOMES, Maria Regina Lopes. Teorias do Currículo. **Revista Teias**, v. 13, n. 27. 299-217. jan./abr. 2012.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Ato próprio normativo CG/CEPEA n. 1/2012**. Dispõe sobre a realização e o registro das Atividades Complementares e Atividades Acadêmico-Científico-Culturais. Goiânia: PUC Goiás, 2012.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Institucional PDI**. Goiânia: PUC Goiás, 2017. (Série Gestão Universitária, 23).

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Política e diretrizes do ensino de graduação**. Goiânia: PUC Goiás, 2018. (Série Gestão Universitária, 25).

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Regimento Geral**. Goiânia: PUC Goiás, 2017. (Série Legislação e Normas, 24).

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Resolução n. 004/2011 – CEPEA**. Aprova a criação e implementação de Atividades Externas da Disciplina – AED e Avaliação Interdisciplinar – AI nos Projetos Pedagógicos de todos os Cursos de Graduação da PUC Goiás. Goiânia: PUC Goiás, 2011.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Projeto Pedagógico do Curso de Geografia – Licenciatura**. Goiânia, 2018. (mimeo).

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Projeto Pedagógico da Escola de Formação de Professores e Humanidades**. Goiânia, 2017. (mimeo).

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Deliberação CEP n. 052/87**. Aprovada em 5 de dezembro de 1987. Goiânia: UCG, 1987.

UNIVERSIDADE CATÓLICA GOIÁS. **Projeto de formação de professores da UCG**. Goiânia: UCG, 1998.

UNIVERSIDADE CATÓLICA GOIÁS. **Plano estratégico de gestão participativa (PEGP)**. Goiânia: UCG, 2003.

UNIVERSIDADE CATÓLICA GOIÁS. **Diretrizes do programa de formação de professores**. Goiânia: UCG, 2004.

UNIVERSIDADE CATÓLICA GOIÁS. **Projeto de formação de professores da UCG**. Goiânia: UCG, 1998.

UNIVERSIDADE CATÓLICA GOIÁS. **Diretrizes do programa de formação de professores**. Goiânia: UCG, 2004.

SACRISTÁN, José Gimeno. (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre, Penso, 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno. (org.). **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Penso, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.